Ano XI - Nº 4.589

Terça-feira, 25 de Agosto de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Seminário São João Maria Vianney completa 200 anos

Sessão especial foi requerida e presidida pelo vereador Joceval Rodrigues

Fotos: Reginaldo Ipê



O Seminário Central São João Maria Vianney é a casa dos padres e local onde jovens podem viver a experiência do aprofundamento vocacional e do discernimento católico. Na homenagem, o vereador Joceval Rodrigues (PPS) afirmou: "Tenho orgulho de presidir uma sessão tão marcante como essa. Foi para defender os princípios familiares e religiosos que decidi entrar na política". Arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Murilo Krieger parabenizou a instituição e seus seminaristas.

Leia mais na página 3





CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Plenária de Gilmar Santiago discute projetos para Salvador

Movimentos sociais debateram os principais problemas da cidade

Foto: Assessoria do vereador



Senador Pinheiro discursando durante a plenária

A plenária do mandato do vereador Gilmar Santiago (PT), no auditório do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), no sábado (22), reuniu o senador Walter Pinheiro, o vereador Waldir Pires (PT) e o deputado federal Jorge Solla (PT-BA), além de lideranças sindicais, comunitárias e de movimentos sociais.

No encontro, foram discutidas políticas públicas nas áreas de mobilidade, habitação, meio ambiente, urbanismo, juventude, saúde e educação, além de ter sido feita uma avaliação dos quase três anos de mandato do prefeito ACM Neto. A ausência do poder público municipal nos bairros periféricos, principalmente nas áreas de educação infantil e saúde, foi a principal crítica dos participantes.

"Vejo aqui herdeiros das lutas populares históricas por igualdade", afirmou o chefe de gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República, Robinson Almeida. "Salvador tem jeito. O eixo é o da reparação. Temos que oferecer muito mais aos descendentes de africanos e índios", avaliou Gilmar, criticando o fato de 80% do PIB (Produto Interno Bruto) da capital estar concentrado no eixo Iguatemi/Paralela.

O conceito do "Direito à Cidade" norteou o debate sobre projetos. Integrante do Movimento Passe Livre, Walter Takemoto citou que 36% da população andam a pé ou de bicicleta porque não têm dinheiro para pagar a tarifa de R$ 3,00 do ônibus. "Para nós, o problema não é ampliar as ruas ou reduzir alguns centavos da tarifa, é incluir quem está fora do sistema", falou. Seguindo o conceito, Marli Carrara, do Movimento por Moradia, destacou que a habitação tem que ser próxima do trabalho, da escola, creche, saúde, transporte e outros serviços públicos.

Vado quer beneficiar entidades filantrópicas

Vereador sugere PPP para ajudar creches comunitárias

Vereador do DEM, Vado Malassombrado apresentou, na Câmara Municipal de Salvador, o Projeto de Indicação nº 348/2015 que propõe ao Executivo estabelecer parcerias público privada para "manter ativos os trabalhos sociais desenvolvidos por entidades filantrópicas que tentam manter creches comunitárias em funcionamento".

Na justificativa ao projeto o vereador destacou a importância social e humanitária que essas instituições desenvolvem nas comunidades, acolhendo crianças de famílias carentes, cuidando, alimentando, e, principalmente, oferecendo carinho e amor.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Vado Malassombrado

Mas, observou Vado Malassombrado, por questões burocráticas e por falta de recursos próprios, muitas dessas instituições já fecharam as portas e outras estão à beira de fechar. "O Município não dispõe de recursos próprios para manter todas as creches municipais e comunitárias, daí a importância do município buscar esta parceria", argumentou.

Sessão especial marca 200 anos de casa vocacional católica

Vereador Joceval Rodrigues propôs a homenagem ao Seminário Central São João Maria Vianney

Casa dos padres e local onde jovens podem viver a experiência do aprofundamento vocacional e do discernimento católico, o Seminário Central São João Maria Vianney completa 200 anos de fundação neste mês de agosto. Como forma de reconhecimento, o vereador Joceval Rodrigues (PPS) requereu e presidiu uma sessão especial para marcar os dois centenários da instituição. A atividade movimentou o plenário da Câmara Municipal de Salvador, na manhã de sexta-feira (21).



Mesa de trabalho da sessão especial dirigida pelo vereador Joceval Rodrigues

Na homenagem, o vereador Joceval Rodrigues atribuiu ao seu mandato à influência exercida pela Igreja Católica. "Tenho orgulho de presidir uma sessão tão marcante como essa. Foi para defender os princípios familiares e religiosos que decidi entrar na política. Após anos na vida política, manter o elo fortalecido com a instituição que deu entrada à minha vida publica é motivo de grande honra", destacou.



Arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Murilo Krieger comentou a crise política vivida no país, hoje, e destacou o compromisso dos valores católicos. "Temos que nos ater diariamente aos nossos princípios e a Deus como referência em todos os nossos atos. É bom ver, através dessa solenidade, que a Câmara reconhece a importância da religião na vida do soteropolitano", declarou.

O arcebispo também parabenizou a instituição e seus seminaristas. "As páginas desta história foram escritas por jovens integrantes do serviço da igreja e na construção da sociedade. Nosso seminário formou pastores segundo o coração de Nosso Senhor e continuará formando outros mais", acrescentou dom Murilo Krieger.

Celebração

Padre e reitor do Seminário Central São João Maria Vianney, Gil Vieira se disse grato por exercer o papel de formador e também por celebrar a data junto aos que o formaram. "Mais que um lugar, o seminário é um templo de formação espiritual e humano para realizar um serviço de excelência a Deus. É através desta formação que nosso clero se fortalece", afirmou.



Historiador e professor da Universidade Católica do Salvador, o professor Cândido Silva relembrou os tempos antigos da instituição. "A cidade de Salvador, em 1805, era intranquila por conta dos embates pró independência e nesta época o Jornal D'Ouro registra a abertura do seminário como forma de difundir a paz", lembrou.

São João Maria Vianney é conhecido como o Cura d'Ars por causa do nome do povoado no qual serviu durante 41 anos. É o padroeiro dos párocos.

Também participaram da sessão especial, compondo a mesa de trabalho, o padre e reitor da Universidade Católica do Salvador, Maurício Ferreira; e o cônego e reitor da Basílica Santuário Senhor do Bonfim, Edson Menezes.

A Banda de Música da Guarda Municipal de Salvador ficou encarregada da parte musical da homenagem. Ainda na sessão, nas galerias do Plenário Cosme de Farias, dezenas de religiosos acompanharam a atividade pelos dois centenários da entidade católica.

Salvador ganha Dia de Incentivo à Ciência e Tecnologia

Autor da iniciativa, vereador Sílvio Humberto sugere como data a primeira terça-feira de outubro

Foi publicada no Diário Oficial do Município de segunda-feira (24) a Lei nº 8.848/2015, que institui no calendário oficial de eventos da cidade o Dia da Ciência e Tecnologia. A iniciativa partiu do vereador Sílvio Humberto (PSB), autor do projeto que estipula a primeira terça do mês de outubro para que seja celebrado como incentivo à ciência e tecnologia. Para ele, que preside a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Câmara de Salvador, a data vai colaborar para divulgar nas escolas municipais a importância do tema na sociedade, bem como incentivar o surgimento de novos cientistas.

Foto: Internet



"Por meio da ciência e tecnologia é possível atingir os mais altos patamares do conhecimento, e as perspectivas oferecidas pelas novas conquistas, experiências e trabalhos permitem-nos antever progressos ainda mais significativos para toda a espécie humana. Além disso, a maioria das crianças e adolescentes que estudam no sistema público municipal não tem acesso a informações sobre como a ciência e a tecnologia influenciam em nossas vidas", enfatizou o socialista.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Sílvio Humberto

O vereador disse, ainda, que com a implementação do Dia da Ciência e Tecnologia nas escolas municipais o poder público contribuirá para a formação de futuros cientistas.

Câmara homenageia 25 anos do Projeto Axé

Sessão especial requerida pela vereadora Aladilce Souza acontece na próxima quinta-feira (27), às 9h

A Câmara Municipal de Salvador vai promover uma sessão especial para homenagear o Projeto Axé. A instituição completa 25 anos neste mês de agosto. A solenidade em comemoração ao jubileu de prata do projeto que desenvolve atividades com crianças e adolescentes socialmente excluídos acontece na próxima quinta-feira (27), às 9h, no Plenário Cosme de Farias.

A sessão foi requerida pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB). "Esta é uma homenagem muito justa, pois o Projeto Axé tem sido responsável pela formação de muitas crianças de Salvador. É preciso evidenciar esse trabalho que dá esperança e ferramentas para o futuro dos nossos jovens", afirmou Aladilce.

O Projeto Axé foi criado pelo italiano Cesare de Florio La Rocca. A instituição atua na área da educação, "arteducação" e defesa de direitos de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Com base na vivência da instituição, La Rocca cunhou, nos anos 90, o conceito de arteducação, que consiste na ideia de que a arte não é um instrumento para atingir a educação, mas a própria educação em si.

Educação

Desde que o Projeto Axé foi fundado, cerca de 20 mil educandos de 4 a 25 anos que viviam em situação de rua passaram pela instituição e mais de 80% deles deixaram as ruas. O trabalho do Projeto Axé começa fora da instituição, na rua. Na primeira fase, o educador identifica crianças



Vereadora Aladilce Souza ressalta o trabalho social da instituição

e adolescentes que vivem naquele local, observa o ambiente, penetra em seu cotidiano e inicia a construção de um vínculo com os meninos e meninas.

Na segunda fase, o educador de rua, ao estabelecer uma relação de maior confiança e conhecimento com o educando, ajuda a criança e o adolescente a pensar um projeto de vida que possibilite reverter sua situação. Neste momento, o educador também faz uma aproximação e um trabalho com as famílias.

Por fim, na última fase, a criança busca consolidar o seu projeto de vida frequentando as atividades oferecidas na organização.

As atividades do Projeto Axé são divididas em quatro áreas: música (instrumental e canto); artes visuais (estampa e moda); dança (balé, dança contemporânea, afro e regional) e capoeira. Em todas as categorias existem turmas de iniciantes, alunos intermediários e em estágio profissionalizante (acima de 15 anos).

Além das atividades de arte com crianças e adolescentes, o Axé fornece assessoria jurídica para a garantia dos direitos desses indivíduos.

Mesa da Câmara quer evitar projetos em duplicidade

Proposição dispõe sobre a publicação de atos no Diário Oficial Eletrônico

Com o objetivo de evitar a duplicidade de proposições na Câmara Municipal de Salvador, a Mesa Diretora apresentou o Projeto de Lei nº 264/15 que dispõe sobre a publicação dos atos do Poder Legislativo do Município exclusivamente no Diário Oficial Eletrônico. A publicação das matérias de autoria dos vereadores será feita após análise do cumprimento da ordem cronológica e de outros procedimentos previstos no Regimento Interno da Casa, sob a responsabilidade da Diretoria Legislativa.

A publicação acontecerá num prazo de cinco dias úteis após a proposta ser protocolada, sem prejuízo da admissibilidade da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. "Havendo duplicidade ou qualquer outro vício encontrado na proposição em análise, o setor competente comunicará o parlamentar que fará as correções, quando sanáveis, no prazo de cinco dias úteis do recebimento", diz o projeto. Se não houver possibilidade do vício ser sanado, ou diante do silencio do autor no prazo estabelecido, a proposição será arquivada, cabendo recurso regimental à Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.

Lacunas legais

Na justificativa do PL a Mesa Diretora, presidida pelo vereador Paulo Câmara (PSDB), explica que a intenção da proposição foi atingir duas metas: a primeira é a adequação da nova diretriz seguida pelo Executivo que, através do Art. 116 da Lei Municipal nº 8421/13, autoriza o Município a publicar seus atos em Diário Oficial Eletrônico, com as ressalvas dispostas no presente Projeto de Lei; a segunda é a previsão de admissibilidade na CCJ das proposições protocoladas na Casa, evitando a publicação de propostas dúplices.

"Dessa forma, corrigiremos, com a aprovação dessa matéria, lacunas legais que estavam causando transtornos diversos na área de produção e processo Legislativo de nossa Casa", argumenta.

As proposições legislativas abrangem os projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução, de emenda à Lei Orgânica, emendas, requerimentos, moções e indicações. Os requerimentos e indicações poderão ser publicados de forma resumida, contendo apenas a ementa, data e autoria.

A publicação eletrônica substitui quaisquer outros meios de publicação oficial, para efeitos legais, exceto quando houver determinação expressa da Lei, situação na qual a publicação será realizada por meio eletrônico ou digital, por meio do Diário Oficial da União, do Estado, do Município ou em jornal de grande circulação.

Grupo de teatro da PM encena peça na Câmara

Espetáculo orienta jovens sobre o perigo do tráfico e uso de drogas





Fotos: Reginaldo Ipê

Peça educativa da Polícia Militar mostra perigo das drogas

O grupo de teatro da Polícia Militar da Bahia (PM/BA) encenou na manhã de segunda-feira (24), no Centro de Cultura da Câmara Municipal, a peça "Sai dessa". O texto combate o tráfico e o uso de drogas em Salvador. Assistiram ao espetáculo 33 crianças, entre 9 e 13 anos, da Escola Municipal Manoel Lisboa, e 22 jovens aprendizes do Curso de Auxiliar Administrativo do Instituto Brasileiro Pró-Educação Trabalho e Desenvolvimento (Isbet).

A atividade fortalece a parceria educativa entre o Memorial da Câmara Municipal e o Departamento de Comunicação Social (DCS) da PM/BA. A encenação busca levar um olhar crítico sobre o mau que as drogam trazem a sociedade.

Para Ana Beatriz Pinho, 10 anos, "a peça é muito legal porque ensina a gente a não se misturar com as drogas". Com o mesmo pensamento, o jovem Jean Pereira, 18 anos, gostou do espetáculo e da mensagem envolvida: "Achei bem interessante. É uma ótima iniciativa para abrir a mente das pessoas e não sermos influenciadas para caminhos errados".

Iniciativa

A peça conta com a participação de 15 policiais militares, entre atores e músicos, integrantes do DCS. Intitulada "Sai dessa", a obra traz a história dos jovens Lucas e Ana Paula que, por conta das más influências, começam a utilizar substancias ilícitas.

Integrante do elenco, o soldado Hermes Machado contou como surgiu a ideia. "A iniciativa nasceu há 16 anos em uma demanda no bairro da Pituba. Com alto índice de uso de drogas, por jovens, no bairro, buscamos de forma lúdica passar a mensagem da não utilização de drogas", explicou.

Hermes acredita que a atividade é uma forma de policiamento preventivo. "Buscamos plantar a sementinha nas crianças, desde cedo, e quando elas estiverem mais velhas serão multiplicadoras dessa ideia", previu.

Exército condecora Paulo Câmara com Medalha do Pacificador

Comenda foi entregue em solenidade alusiva ao Dia do Soldado no 19º BC

Fotos: Antonio Queirós



O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Paulo Câmara (PSDB), foi condecorado pelo Exército com a Medalha do Pacificador, em cerimônia comemorativa ao Dia do Soldado - 25 de agosto. A solenidade foi realizada na manhã de segunda-feira (24), no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), no Cabula, com a presença do ministro da Defesa, Jaques Wagner, do comandante do Exército Brasileiro, Eduardo Villas Boas, entre outras autoridades civis e militares.

"Hoje é um dia muito especial para mim, que fui agraciado com esta comenda, mas, acima de tudo, para a Câmara Municipal, pois é isso que as pessoas esperam das instituições, bom relacionamento e entrosamento, a fim de servir à população. Fiquei muito honrado e lisonjeado com este título e, agora, redobra o cuidado com a nossa Casa e, acima de tudo, com a nossa cidade", ressaltou o presidente Paulo Câmara.





Governador Rui Costa, prefeito ACM Neto, presidente Paulo Câmara e o secretário Maurício Barbosa

Também receberam a honraria o governador do estado, Rui Costa; o prefeito de Salvador, ACM Neto; o secretário de Segurança Pública do Estado, Maurício Barbosa; o comandante geral da Polícia Militar, coronel Anselmo Alves Brandão; além de outras personalidades.

A Medalha do Pacificador foi criada em 1953 em homenagem a Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. É um reconhecimento a civis e militares, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado relevantes serviços ao Exército, elevando o prestígio da instituição ou desenvolvendo relações de amizade com outras nações.

Câmara institui a Semana da Consciência Negra

A programação acontecerá sempre no mês de novembro

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre ações afirmativas para a população afrodescendente, a mesa da Câmara Municipal de Salvador instituiu, por meio da Resolução nº 2.444/15, a Semana da Consciência Negra. A programação acontecerá sempre no mês de novembro, antecedendo o dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra, em referência à morte de Zumbi dos Palmares, o líder do Quilombo dos Palmares.

A coordenação da programação da Semana da Consciência Negra ficará sob a responsabilidade de uma Comissão formada pelo presidente da Casa, vereador Paulo Câmara (PSDB), integrantes da Comissão de Reparação e entidades do Movimento Negro.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 2.449/2015
Cria a Frente Parlamentar em Defesa de São Cristóvão.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Frente Parlamentar em Defesa de São Cristóvão, região localizada no Município de Salvador.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar em Defesa de São Cristóvão, região localizada no Município de Salvador, terá caráter suprapartidário e será composta por integrantes indicados pelos partidos políticos com representação na Câmara Municipal de Salvador e pelos demais vereadores que a ela aderirem.

Art. 2º Compete à Frente Parlamentar propor, analisar, desenvolver estudos e projetos, fiscalizar e viabilizar iniciativas dos Poderes Legislativo e Executivo, que tenham como objetivo promover ações que visem à melhoria da qualidade de vida dos moradores de São Cristóvão.

§ 1º A Frente Parlamentar incentivará e apoiará ações integradas entre os órgãos municipais, estaduais e federais no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e medidas relativas à promoção da qualidade de vida da população de São Cristóvão.

§ 2º A Frente Parlamentar realizará audiências públicas, seminários, conferências, palestras e outras atividades afins, com representantes de órgãos governamentais, municipais, estaduais e federais, organizações da sociedade civil e comunidade, visando colher subsídios que possibilitem desenvolver e orientar políticas específicas, voltadas para atender às demandas e necessidades dos habitantes de São Cristóvão.

Art. 3º A adesão à Frente Parlamentar será facultada a todos os vereadores da Câmara Municipal de Salvador, independentemente das indicações dos partidos políticos.

§ 1º Os partidos políticos com representação nesta Casa terão o prazo de 30 (trinta) dias para indicar seus representantes nesta Frente, contados da publicação desta Resolução, se assim o preferirem.

2º Os signatários desta Resolução comporão a Diretoria e os Conselhos de Frente Parlamentar em Defesa da Região de São Cristóvão e escolherão entre si os titulares dos cargos constantes do Estatuto da Frente, a ser elaborado pelos seus membros fundadores, após a aprovação da Resolução.

§ 3º Os parlamentares signatários serão, na ordem de subscrição desta Resolução, respectivamente, Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidente e Secretário Executivo da Frente, e competir-lhes-á a indicação para preenchimento dos demais cargos a serem criados no Estatuto.

Art. 4º As reuniões da Frente Parlamentar serão públicas, realizadas, periodicamente, nas datas e nos locais estabelecidos por seus integrantes.

§ 1º As reuniões de que trata o *caput* deste artigo serão abertas e poderão contar com a participação de entidades representativas do bairro, tanto por parte dos comerciantes quanto das Associações, organizações não governamentais e outros representantes da sociedade civil organizada.

§ 2º Para possibilitar a mais ampla participação da sociedade, a Frente Parlamentar em Defesa de São Cristóvão utilizará todas as formas disponíveis de publicidade de seus trabalhos.

Art. 5º Serão produzidos relatórios das atividades desta Frente Parlamentar, com sumário das conclusões das reuniões, seminários, simpósios e encontros, para divulgação ampla na sociedade.

Art. 6º A Frente Parlamentar terá sede e foro na cidade de Salvador, com prazo de 12 (doze) meses de duração.

Parágrafo único. Esta Resolução da Frente Parlamentar poderá ser prorrogada enquanto perdurar a necessidade de suas atividades.

Art. 7º A Frente Parlamentar em Defesa de São Cristóvão, região localizada no Município de Salvador, reger-se-á pelo Estatuto a ser elaborado, cujas disposições obedecerão à legislação em vigor, e atuará, sem ônus, para a Câmara Municipal de Salvador.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2015.

Paulo Câmara
Presidente

Kiki Bispo
1º Secretário

Orlando Palhinha
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL

50ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 26 DE AGOSTO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

47ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES, estando licenciado o vereador LEANDRO GUERRILHA. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 363/15 da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia; Projetos de Lei n.s 279/15 do vereador Atanázio Júlio, 280/15 do vereador J. Carlos Filho, 281 e 282/15 do vereador Alberto Braga e 283/15 do vereador Alemão; Projetos de Indicação n.s 349/15 do vereador Geraldo Júnior, 350/15 do vereador Toinho Carolino, 351 e 352/15 do vereador Alberto Braga, 353/15 do vereador Vado Malassombrado, 354/15 do vereador Duda Sanches, 355 e 356/15 do vereador Orlando Palhinha, 357/15 do vereador Léo Prates, e 358 e 359/15 da Comissão Especial de Desburocratização e Incentivo ao Empreendedorismo; Projetos de Resolução n.s 46/15 do vereador José Trindade, 47/15 da Mesa Executiva e 48/15 do vereador Eliel; e Moção n. 38/15 do vereador Duda Sanches. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor presidente solicitou verificação de *quorum* para votação, tendo sido verificada a presença de 23 vereadores. Passando-se à **Ordem do Dia**, iniciada a apreciação do Projeto de Resolução n. 42/15 (Títulos IV e V do Regimento Interno – RI), o Senhor presidente disse ter sido informado sobre a existência de uma Emenda ao Projeto, o que foi confirmado pelo vereador Léo Prates, que informou que o *quorum* para votação de Comissão Especial de Inquérito continuaria 22. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza lembrou que o vereador Luiz Carlos Suica pedira vistas do Projeto e que o prazo para tanto é de 72h. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que pedido de vistas não suspende votação e que o Relatório já estava aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto criticou que se abrisse um precedente como esse e avaliou que, se houve pedido de vistas, foi por não haver consenso sobre a matéria. Pela ordem, o vereador Geraldo Júnior esclareceu que pedido de vista suspende votação, mas que, em casos excepcionais, pode-se abrir precedente, e defendeu a manutenção do acordo feito pelo Colégio de Líderes. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior informou que ficou decidido, na CCJ, que "as vistas" seriam apresentadas em Plenário. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica afirmou haver abertura de prazo depois do pedido de vistas e esclareceu assim ter procedido por ter dúvidas sobre o Projeto, e não para atrapalhar. O Senhor presidente Paulo Câmara considerou ter havido tempo suficiente para a análise da Proposição. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto explicou para a Galeria não estar em apreciação o Projeto de reajuste dos servidores. Em seguida opinou que, persistindo esse entendimento sobre o pedido de vistas, seria melhor acabar com a CCJ e apenas computar seus votos. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão afirmou que "vistas" é um direito que deve ser concedido antes da votação para, em tempo hábil, ser emitido Parecer. Pela ordem, o vereador Léo Prates pediu que fosse citado o artigo do RI que dispõe sobre a suspensão da votação depois de pedido de vistas e afirmou assim também não ocorrer em diversos outros órgãos. Pela ordem a vereadora Vânia Galvão disse que o voto do relator pode ser dado mesmo depois do pedido de vistas, mas que a votação é suspendida. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que a CCJ antecipou a votação por ter sido mantido acordo para que Emendas fossem dadas em Plenário. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa leu artigo do RI sobre o pedido de vistas e afirmou que, embora os votos pudessem ser colhidos na Comissão, o processo de

votação não poderia ser finalizado enquanto corresse o prazo para vistas. O Senhor presidente disse que o Colégio de Líderes realizou várias reuniões em que ficou decidida a votação do Projeto e que quem quisesse poderia votar contra. Na sequência, o Projeto de Resolução n. 42/15 foi discutido, votado e aprovado, até a Redação Final. Em seguida, iniciou-se a apreciação do Projeto de Lei n. 166/15 (Política Municipal de Meio Ambiente). Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse não constar de acordo a votação desse Projeto, tendo o Senhor presidente respondido ter ela sido decidida pelo Colégio de Líderes. O vereador Léo Prates solicitou tempo para analisar as Emendas apresentadas, tendo o Senhor presidente anunciado que passariam ao Pinga-Fogo, nesse ínterim. Antes, em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares saudou os servidores na Galeria e registrou a presença da Associação Democrática dos Agentes Comunitários e Agentes de Combate as Endemias da Bahia (Ademacen), a quem saudou na pessoa de seu presidente, Fabrízio Oliveira. No **Pinga-Fogo**, o vereador Everaldo Augusto também saudou os servidores, a eles declarando seu apoio. Em seguida, disse que o PCdoB estava mais uma vez sendo vítima de perseguição, considerando que o prefeito ACM Neto representa o mesmo carlismo de outrora. Afirmou que no horário do PCdoB quem decide o que será dito é o próprio partido e que não admitiriam censura. Repetiu o que disse no horário, afirmando que o prefeito está vendendo a cidade, dando como exemplos a venda de terrenos e a privatização da Estação da Lapa. Em aparte, associou-se a vereadora Aladilce Souza, acrescentando a licitação do transporte público e a indústria de multas. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior considerou que o momento não era para discutir programa do PCdoB, mas, para votar Projetos. Foram promulgadas as Resoluções n.s 2.446 a 2.448/15. O vereador Antônio Mário disse que a Câmara é a casa do povo. Em seguida, sugeriu que o Projeto dos servidores fosse desmembrado, já que alguns queriam a votação do reajuste, enquanto outros lutavam pelo pagamento do piso salarial. Afirmou defender o interesse dos trabalhadores e criticou acordos feitos às escondidas. Por fim, parabenizou a Casa, os trabalhadores e o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas (Sindacs), reafirmando que a Casa é um espaço público. Retomada a apreciação da **Ordem do Dia**, 12 Emendas ao Projeto de Lei n. 166/15 foram relatadas na CCJ, sendo 10 aprovadas e 2 rejeitadas. O Projeto foi, então, discutido, votado e aprovado, contra o voto do vereador Hilton Coelho e após Pareceres da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e da Comissão de Planejamento Urbano e Meio ambiente, cujo relator, vereador Gilmar Santiago, tinha defendido a aprovação das duas Emendas não acatadas pela CCJ, que consistiam em flexibilizar as multas, estabelecendo uma gradação de valores, e em destinar 1% dos recursos às cooperativas de catadores de lixo. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse concordar com a Emenda sobre as multas e se comprometeu a acompanhar a regulamentação do Projeto. Declarou voto o vereador Hilton Coelho, afirmando respeitar os colegas que defendem a causa ambiental, mas considerar que o debate não ocorreu como deveria, além de o Projeto não ter passado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que considerou um pecado capital. Em apreciação o Projeto de Lei n. 250/15 (reajuste dos servidores), o Senhor presidente informou ter sido apresentada Emenda. O vereador Luiz Carlos Suica lembrou que alguns vereadores são companheiros que tradicionalmente compõem a classe dos trabalhadores e considerou que, como parlamentares, têm de ouvir a todos os trabalhadores. Explicou em que consistia a Emenda e pediu o desmembramento do Projeto para poderem continuar negociando a situação dos agentes, mas votar o reajuste das demais categorias. A Emenda foi relatada na CCJ, que emitiu Parecer pela sua rejeição, entendendo ser a matéria de competência exclusiva do Executivo. Colhendo-se os votos na CCJ, a Emenda foi rejeitada por 4 votos a favor do Parecer do relator, e 3 votos contrários. Em 3ª discussão, o vereador Moisés Rocha cumprimentou todos os servidores e afirmou que a classe trabalhadora não podia se dividir. Disse que a Oposição nunca votou contra trabalhador e ressaltou o trabalho de seus colegas de bancada, declarando que votariam a favor do reajuste e que apenas queriam garantir o piso salarial dos agentes. Por fim, afirmou que a História registraria quem lutou e quem se acomodou. O vereador Claudio Tinoco ressaltou a importância de se ouvir as pessoas. Em seguida, chamou a atenção para o aumento diferenciado da categoria dos professores e dos profissionais do Fisco, e para os aposentados e pensionistas, também contemplados no Projeto. Contou ter participado das negociações sobre os agentes de saúde e observou que a categoria terá um aumento significativo. O vereador Arnando Lessa parabenizou o esforço de todos e reafirmou seu compromisso com os trabalhadores. Considerou que traidor são os pelegos e que o Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (Sindiseps) não tem legitimidade para representar os agentes de saúde. Disse que continuaria a lutar pelo piso salarial da categoria e criticou os que se venderam ao secretário Alexandre Paupério e ao prefeito ACM Neto. Por fim, declarou seu voto a favor do reajuste dos servidores e do piso nacional dos agentes. O vereador Henrique Carballal disse tentar aprender a cada dia e criticou que um vereador se colocasse como o único defensor dos trabalhadores. Mencionou o processo de transmutação dos trabalhadores, pelo qual muitos lutaram, e avaliou que as atuais negociações foram exaustivas. Disse que o piso é mesmo dos agentes, mas que não se podia impedir a negociação de diversos outros sindicatos, e considerou que a posição tomada por alguns colegas destoava da lógica da negociação. O vereador Hilton Coelho disse conhecer os dois lados dos servidores presentes na Galeria e conclamou a união. Declarou que seu voto seria de protesto, contra o Projeto, e criticou o desrespeito ao piso nacional dos agentes de saúde. Informou que seu mandato faria gabinete de rua durante a semana e que não desistiria da luta pelo piso nacional. Por fim, desejou que outros vereadores também votassem contra o Projeto e declarou o apoio do PSol a todos os servidores. A vereadora Aladilce Souza considerou belíssima a campanha salarial dos servidores e vitoriosa a luta dos agentes de saúde, com eles se solidarizando. Lamentou que a Galeria não estivesse integrada e declarou que a Casa continuaria a apoiar a todos. Em seguida, criticou Projeto de reforma administrativa enviado à Casa, em razão de ele extinguir a carreira de técnico, criar subsecretarias e cargos. Retomou o assunto dos servidores, lembrando que o papel da Casa é intermediar, e também lembrou a época da transmutação. Disse que a luta continuaria e, por fim, informou a realização de uma audiência pública na quinta-feira, para discutir a "minirreforma", que considerou uma "maxirreforma". Findas as discussões, o Projeto de Lei n. 250/15 foi votado e aprovado, até a Redação Final, contra o voto do vereador Hilton Coelho. Em seguida, foi discutido, votado e aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 2/15, após Parecer em Plenário da Comissão de Finanças pela aprovação. Foram também discutidos, votados e aprovados os Projetos de Lei n.s 253/15, 254/15, 252/15, 261/15 e 266/15, os três últimos após Pareceres em Plenário da Comissão de Finanças; o Projeto de Resolução n. 44/15; os Projetos de Indicação n.s 315/15, 317/15, 318/15, 319/15, 320/15, 323/15, 324/15, 325/15, 327/15, 328/15, 329/15, 330/15, 331/15 e 332/15; a Moção n. 37/15 e os Requerimentos n.s 188/15, 189/15, 190/15, 191/15 e 192/15. Pela ordem, o vereador Antonio Mário pediu o registro de que, à exceção de quem votou contra, os vereadores da Oposição votaram a favor do reajuste dos servidores e continuariam a lutar pelo piso nacional dos agentes. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa afirmou ter sido a primeira vez que viu servidores comemorarem um reajuste menor do que queriam e registrou que a Associação dos Agentes Comunitários e de Endemias de Salvador (AACES) é contra o piso nacional da categoria. Pela ordem, o vereador Odiosvaldo Vigas criticou que a Comissão de Saúde não tivesse sido ouvida quanto ao Projeto da Política Municipal de Meio Ambiente. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior considerou que os Projetos foram indistintamente inseridos na pauta do Acordo e pediu que um critério fosse adotado na próxima reunião do Colégio de Líderes. Pela ordem, o vereador Léo Prates esclareceu que ficou acordado que Projetos de Indicação, de utilidade pública, de Frente Parlamentar, de data comemorativa, Requerimentos de Sessão Especial e Moções seriam automaticamente inseridos em acordo, mas afirmou que não se opunha à modificação desse entendimento. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse discordar de entendimento que privilegia apenas alguns. O Senhor presidente Kiki Bispo ressaltou a importância de se participar das reuniões do Colégio de Líderes. Retomado o **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos Suica considerou necessário se acostumar com o esvaziamento da Galeria após aprovação de Projeto de interesse daqueles que ali se encontravam, pois todo ano acontece da mesma maneira, mas afirmou precisarem dos trabalhadores em outras lutas. Considerou, ainda, que os agentes de saúde perderam a batalha, mas, não a luta, e que o tempo é o senhor da razão. Por fim, pediu que os servidores refletissem sobre quem realmente está do seu lado e afirmou ser parceiro de todos os trabalhadores. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto associou-se sobre o esvaziamento da Galeria, lembrando que assim ocorreu quando da votação da Reforma Tributária e mencionando uma nova reforma que será votada. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha solicitou a retirada dos Projetos de Lei n.s 277 e 278/15. O vereador Joceval Rodrigues agradeceu a todos pela conquista, contando haverem sido mais de 150 horas de negociações e ressaltando a competência do secretário Alexandre Paupério. Em aparte, o vereador Paulo Magalhães Júnior parabenizou o orador pela condução da bancada, ressaltando que o secretário teve preocupação com a coisa pública ao não colocar em prática algo inexequível. Também em aparte, a vereadora Ana Rita Tavares considerou que a Casa tomou a medida mais acertada, afirmando que a maioria dos agentes de saúde queria o reajuste, que representaria o primeiro ganho em sua remuneração, e que nada impedia o pagamento do piso quando houvesse o repasse do Governo Federal. Ainda em aparte, o vereador Orlando Palhinha parabenizou o secretário Alexandre Paupério pela responsabilidade com as finanças municipais. Finalizando seu pronunciamento, o vereador Joceval Rodrigues apelou para que o Governo Federal auxiliasse os municípios na implementação do piso salarial dos agentes. O vereador Léo Prates considerou ter sido aprovado, nessa Sessão, um marco legal na discussão do meio ambiente. Desejou que em breve fosse aprovado o Plano Municipal do Meio Ambiente e que a Casa seguisse com o ritmo de trabalho. Agradeceu a seus pares, ao presidente Paulo Câmara e ao Executivo, lembrando que o Projeto recebeu muitas Emendas, sendo elaborado a várias mãos. Em aparte, associou-se o vereador Gilmar Santiago, que lembrou ter uma Indicação sobre a remuneração dos catadores, pedindo que o vereador Léo Prates buscasse junto ao Executivo sua implementação. O vereador Léo Prates disse associar-se quanto ao pleito e informou que pedirá agilidade para a instalação do novo Conselho, de quem buscará apoio. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Henrique Carballal.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
EUVALDO JORGE	17 e 18/08/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91
HENRIQUE CARBALLAL	24 a 26/08/2015	Art.18, inciso III, Res. 910/91

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidores	Nº Processo	QUINQUÊNIO	Período
2111	Fernando Antonio Lima Rodrigues	01299/2015	4º	01/09/15 a 30/09/15 (30 dias)
3223	José Vitor Fontes Penas Seara	00774/2015	1º	01/06/16 a 30/07/16 (60 dias)

Assunto: Licença Especial para Gozo Oportuno

Cad.	Servidor	Proc. nº	Quinquênio(s)
3270	Bievenido Bomfim dos Santos	01453/2015	6º

Assunto: Abono de Permanência

Cad.	Servidor	Proc. nº
3379	Rui Jonas Pereira dos Santos	01381/2015

PROCESSOS INDEFERIDOS

Assunto: Converter Licença Especial

Cadastro	Servidora	Nº Processo	QUINQUÊNIO
9021	Cristina Maria de Assunção	01754/2015	3º

Assunto: Solicitação de Cancelamento das Licenças Especiais

Cadastro	Servidora	Nº Processo	QUINQUÊNIO
2053	Lucy de Jesus Caldeira da Costa	00257/2015	2º e 4º

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº : 30/2015
PROCESSO CMS : 1218/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : Sergio Santos Soares
OBJETO : Restauração de uma URNA com dimensão 54 X38 cm.
VALOR TOTAL : R$ 1.520,00 (hum mil quinhentos e vinte reais)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 371/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -33.90.36
HOMOLOGAÇÃO : 18/08/2015

DISPENSA Nº : 39/2015
PROCESSO CMS : 1422/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : FLEX CARDS
OBJETO : Aquisição de porta crachá vertical transparente (1.000 Unidades) Fita Ribbon colorida YMCKO (06 Unidades).
VALOR TOTAL : R$ 1.574,80 (Hum mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 372/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -33.90.30
HOMOLOGAÇÃO : 18/08/2015

DISPENSA Nº : 40/2015
PROCESSO CMS : 1424/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : NAGEM/CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
OBJETO : Aquisição de 05 (cinco) Televisores LED 32 HD.
VALOR TOTAL : R$ 5.473,15 (cinco mil quatrocentos e setenta e três reais e quinze centavos)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 373/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -44.90.52
HOMOLOGAÇÃO : 20/08/2015

O Memorial está aberto à visitação pública e gratuita
de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador
www.facebook.com/camaradesalvador

Comissão de Empreendedorismo discute turismo em Salvador

Leo Prates enalteceu a importância do colegiado na busca de alternativa para a crise econômica

A Comissão Especial de Desburocratização e Incentivo ao Empreendedorismo da Câmara Municipal de Salvador debateu alternativas para impulsionar o turismo na capital baiana, em audiência pública, na manhã de segunda-feira (24), no Edifício Bahia Center, anexo da Casa Legislativa.

O presidente do colegiado, vereador Leo Prates (DEM), dirigiu o debate público e reforçou o papel da comissão na busca de promover o empreendedorismo em Salvador, em meio à crise econômica no país.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Leo Prates presidindo a audiência pública

"Pretendemos estimular medidas legais para incentivar o empreendedorismo. Para isso, contamos com uma equipe interna, formada por vereadores, e uma externa, com os integrantes do conselho consultivo. Muitas vezes, o setor produtivo é reativo às ações da Câmara. Queremos inverter esse papel: trazer o setor produtivo para acompanhar a vida da Câmara Municipal para que não seja pego de surpresa com o trabalho da Casa Legislativa", argumentou Leo Prates.



Para o vereador Claudio Tinoco (DEM), integrante da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Câmara de Salvador, o Brasil perdeu uma "grande oportunidade" de se mostrar como um atrativo turístico em potencial na Copa do Mundo de 2014.

A Comissão de Desburocratização e Incentivo ao Empreendedorismo, segundo Tinoco, veio suprir uma lacuna do Legislativo soteropolitano.

"Faltava a esta legislatura mobilizar a cidade em prol de temas de interesse da cidade. O Município de Salvador carece de estrutura e sofre com os problemas econômicos. Por outro lado, esta administração municipal tem melhorado sensivelmente as condições econômicas, organizado a cidade e melhorando a autoestima. A Câmara tem um papel fundamental de desburocratizar para o empreendedor em turismo e diminuir as dificuldades para os cidadãos de Salvador", ponderou.

Resgate cultural

Na mesma linha, o vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, vereador Geraldo Júnior (SD), destacou a importância de "resgatar os valores e a cultura do Centro Histórico, envolver atividades afins para melhorar as condições de vida dos cidadãos e construir uma Salvador economicamente muito melhor".

A secretária municipal de Desenvolvimento e Turismo, Andrea Mendonça, apresentou os projetos da pasta e ressaltou a necessidade de "estabelecer pilares e prioridades para alavancar o turismo na capital baiana". A titular destacou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação, destinado a empreendimentos não residenciais e de uso misto a serem implantados, reformados ou ampliados nas áreas do Centro Histórico, Barra, Comércio e Península de Itapagipe.

Diretora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Taissa Gama viu na alta do dólar uma oportunidade de fortalecimento da economia de Salvador. "Precisamos aproveitar este momento e trazer os turistas para cá. Para isso, estamos fazendo um calendário de promoções e fazendo o possível para alavancar o turismo na capital baiana", disse.

